



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**PROCESSO: 4027/2009**

**PARECER: 0309/2012-CF**

**ASSUNTO: Representação**

**RELATOR: Conselheiro Manoel de Andrade**

**EMENTA: Contratação da RSEB. Indevida qualificação. Contratação sem licitação e com vícios. Chamamento dos responsáveis, pena de multa. Auditoria do DENASUS. Chamamento do feito à ordem. Possíveis prejuízos que devem ser tratados nos autos 39440/09, lamentavelmente sem retorno ao Plenário há um ano. Contratação da Intensicare: matéria que deve ser tratada em autos próprios. Suspeita de irregular cobrança de laudos médicos. Novamente, a Auditoria do DENASUS apresenta suspeitas de irregularidades. Cota patronal: DILIGÊNCIA. MPC/DF aquiesce, com acréscimos.**

Os autos iniciaram com a Representação 07/09, oriunda do Ministério Público de Contas do DF, por meio da qual se requereu, preliminarmente, a suspensão cautelar da execução dos serviços objeto do Contrato de Gestão 01/09, firmado pela SES/DF com a RSEB. Lamentavelmente, a cautelar foi indeferida por apertada maioria, tendo sido necessário voto de desempate (Decisão 762/09).

2. Em seguida, o Corpo Técnico elaborou a Informação 41/09, para concordar com o MPC/DF, quanto ao não atendimento aos requisitos de qualificação previstos nas normas de regência, a saber: Lei 4081/08, artigo 2º, alínea *f* (porque no ato constitutivo da RSEB não existe disposição que garanta a “*obrigatoriedade de publicação trimestral, no DODF, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão*”); alínea *i*, porque



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

não foi atendido o diploma que estabelece a obrigatoriedade de constar do Estatuto da entidade postulante a previsão de incorporação integral, em caso de extinção ou desqualificação ao patrimônio do DF (no Estatuto, tal previsão está destinada à outra entidade filantrópica com sede na Bahia); e Decreto 29870/08, artigo 2º, parágrafo primeiro, pois apenas posteriormente ao ato de qualificação é que foi apresentado o Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis da entidade, referentes apenas ao exercício de 2006.

3. A conclusão somente poderia ser uma:

51. Por conseguinte, analisando o procedimento em que se assentou o ato de outorga à Real Sociedade Espanhola de Beneficência – RSEB da qualificação como organização social no DF, verifica-se que não foram plenamente atendidos os requisitos exigidos pela legislação de regência. Desse modo, sem o preenchimento dos requisitos preestabelecidos na Lei nº 4.081/08, art. 2º, alíneas “f” e “i”, bem como no Decreto nº 29.870/08, art. 2º, § 1º, a qualificação almejada não poderia ter sido concedida pelo Poder Público.

52. Portanto, o ato de qualificação examinado nos autos evidencia-se, a princípio, como viciado, portanto, passível de ter a sua validade negada pelo Tribunal, com a consequente aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso II, da LC 01/94 ao responsável.

4. De mais a mais, entendeu estar evidente que **não ficou demonstrada previamente à assinatura do contrato em exame, a satisfatória situação econômico-financeira da RSEB, descumprindo-se o artigo 9º, parágrafo 1º, V do Decreto 29870/08, além de a justificativa para a contratação direta haver sido insuficiente para evidenciar os requisitos de seriedade e de validade do ato de dispensa em favor da entidade. Afinal, verificou-se a ausência de Parecer Jurídico, aprovando previamente os procedimentos da contratação em tela, contrariando determinação do parágrafo único do artigo 38 da Lei de Licitações.**

5. Por fim, concorda-se que **não há comprovação razoável dos preços, mormente quando se verifica que, para justificar o Edital de Concorrência 01/08, não levado adiante, estariam na ordem de R\$ 118.986.607,44, subindo após em torno de 39,84%, para a contratação direta (custo dos insumos), além de aumento levando em conta o custo do leito:**



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

104. Em resumo, havia um certame licitatório em andamento, objetivando a contratação de uma organização social para gerir os serviços de saúde do HRSM, por meio de Contrato de Gestão, cujo prosseguimento foi autorizado por esta Corte de Contas, mediante a Decisão nº 7310/08, prolatada no Processo nº 4587/08.

105. Os custos referenciados para o mencionado certame, por meio de planilhas de estimativas de custos detalhadas, sinalizavam uma economicidade de 3,26% no custo total anual por leito do HRSM, em relação ao custo total por leito praticado na rede hospitalar do DF em 2007.

106. Inexplicavelmente, abdicou-se do certame licitatório e contratou-se, por dispensa de licitação, a entidade Real Sociedade Espanhola de Beneficência, com ausência de planilhas de custos detalhadas dos insumos, uma vez que se optou por considerar para os custos fixos e variáveis o valor presumido do custo anual por leito praticado pela SES/DF em 2007, sem os gastos de pessoal, procedimento que elevou os gastos com insumos em 39,84%, quando comparado com aqueles estimados para o Edital de Concorrência SES/DF-01/2008.

107. O resultado é que o contrato de gestão do HRSM foi firmado com um custo total anual por leito superior em 15,14%, aos estimados para a licitação, visando à execução dos mesmos serviços de saúde anteriormente previstos no projeto básico da contratação.

6. Além do MPC/DF, vê-se que Deputados Distritais e Conselheiros do CSDF peticionaram ao TCDF denunciando as irregularidades cometidas.

7. Ocorre que, o TCDF, novamente em apertada maioria (por desempate), proferiu a Decisão 2535/09, apenas mandando ouvir os responsáveis.

8. Em seguida, o Corpo Técnico proferiu a Informação 200/09, remarcando que o momento da qualificação é ponto fundamental, onde deve ser aferido se a instituição preenche os requisitos legais. Em sendo assim, é incontroverso que **“o vício de qualificação foi evidente, porque contrariou frontalmente a Lei 4081/08 e o Decreto 29870/08”!**



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

9. Afastou-se o entendimento do titular da SEPLAG no sentido de que, em que pese a não conformidade da documentação com a letra do texto da lei, tal fato não seria impeditivo para a qualificação se tais exigências constassem do contrato de gestão, caso ocorresse a contratação. E que, compulsando o sobredito contrato, verificou-se que com exceção ao disposto no item 68 da Cláusula 5ª do Instrumento do Contrato de Gestão, que trata da obrigação de transferência dos recursos, as demais exigências foram nele inseridas.

10. Ora, não só não foi sanada integralmente a ilegalidade, como ainda, não é possível admitir tal interpretação. Fosse assim, o Poder Público qualificaria quem bem entendesse e não precisaria existir norma para o ato de qualificação.

11. De mais a mais, a ilegal qualificação só corrobora o afã de celebrar contrato de gestão com a OS referida.

12. Do mesmo modo, foram analisadas as alegações de defesa do Secretário de Saúde e Secretário Adjunto, asseverando que:

a) conquanto não houvesse impedimento para a celebração do ajuste, havia fortes razões para que a Administração do DF não optasse pela escolha da RSEB para a celebração do Contrato de Gestão, em face das pendências judiciais antes citadas, e que eram do conhecimento da Administração;

b) apesar de compulsado o Balanço Patrimonial poder-se concluir que a RSEB detinha naquele momento uma situação econômico-financeira satisfatória, outros fatores deveriam ser considerados, citando Parecer dos Auditores Independentes, quando a situação, então, alterar-se-ia totalmente, seja em face de crédito suposto, seja em face de inadimplência. A esse respeito, portanto, **“a juntada aos autos dos multicitados demonstrativos, nesta fase processual, é ineficaz e, mesmo que demonstrasse que a RSEB detinha em 2007 uma sólida situação econômico-financeira, não tornaria válido o ato administrativo levado a efeito sem a observância do requisito”**;

c) **os documentos juntados não suprimam a ausência das planilhas de custo detalhadas para a formação do valor do contrato**, salvo as de gastos com pessoal. Verificou-se a impossibilidade de se obter o valor estimado dos custos de cada um dos fatores (medicamentos, limpeza, alimentação hospitalar,



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

etc). Entendeu-se, então, que a jurisdicionada deixou de elaborar estudos de custos que retratasse, de forma particularizada, a expectativa de gasto do HRSM, frente às metas qualitativas e quantitativas contempladas no Contrato de Gestão. Assim, restou evidenciado que, do valor de R\$ 137 milhões, que é o valor global do Contrato de Gestão 01/09, ao ano, a parcela de R\$ 58.952.130, que se refere a custos fixos e variáveis, sem os gastos com pessoal, não foi baseada em orçamento detalhado em planilhas, violando o contido no artigo 9, II do Decreto 29870/08 e artigo 26, III da Lei de Licitações; e

d) apesar de argumentarem os réus que o valor dos insumos basearam-se em valores relativos aos estudos de 2007, razão pela qual deveriam ser ajustados em 2009, quando da feitura do contrato, fato é que, ao contrário do que afirmam, não houve qualquer correção dos referidos preços. Ao invés de corrigi-los monetariamente, **optou-se, sem respaldo legal ou estudo, substituir o valor total dos insumos das referidas planilhas, sem os gastos com pessoal, pelo valor dos insumos, sem os gastos com pessoal, do custo por leito ao ano dos hospitais da SES/DF, em 2007, elevando o custo em 39,87%.**

13. Em seguida, foram analisadas as alegações de defesa da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, para em novidade ao que antes foi disposto, enfrentar a argumentação ofertada de não poder a entidade cumprir o artigo 2º, alínea "I", da lei 4081/08, que obriga a previsão de incorporação integral do patrimônio a outra organização no DF ou ao patrimônio do DF, por ser ele inconstitucional (tese que não vingou já que o TJDF não proferiu declaração nesse sentido).

14. Discussão especial refere-se à questão da cota patronal. É que inobstante a planilha apresentada não explicitar de forma clara o percentual dos encargos sociais, verificou-se que é de 68%, podendo ser decomposto, chegando-se a 20%, cota patronal, INSS. Considerando, contudo, a isenção de que dispõe a contratada, por ser entidade filantrópica, verifica-se que o referido valor não representa custo para a entidade. Sendo assim, a SES/DF deveria retirar do percentual de 68%, que corresponde aos encargos sociais, conforme demonstrado na planilha de custos com percentual, o percentual de 20%, referente à Cota Patronal do INSS. Esse valor é de R\$ 9.290.458,99 ao ano, representando 6,78% do valor total estimado. Daí a proposta de suspensão cautelar desses valores, aliás, situação jurídica idêntica, que foi objeto de questionamento pela CGU ao realizar procedimento de fiscalização em



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

contratos da RSEB em Salvador (vide itens 90/102, Informação 200/09).

15. Outro ponto importante refere-se à Representação Conjunta 04/09-CF, juntada a fls. 640 e seguintes. Consta que a OS contratada lançou o PE 32/09, para a contratação por 12 meses de empresa para prestação dos serviços de suporte de gestão e apoio médico às atividades de assistência de UTI nos 70 leitos de UTI do HRSM, sagrando-se vencedora a empresa Intensicare Gestão em Saúde, com quem a SES celebrou o Contrato 21/09, no valor global de R\$ 33.322.500,00 com prazo de vigência de 01 ano. Ou seja, trata-se de terceirização da terceirização, apesar de a RSEB haver afirmado dispor de suficiente nível técnico de acordo com o item 3.1.1. da Cláusula 3ª do contrato de gestão. E, conquanto o ajuste tenha se efetivado em maio de 2009, o serviço de terapia intensiva só iniciou em setembro de 2009.

16. De início, é preciso atentar para a irregular subcontratação da Intensicare. Segundo o Corpo Técnico do TCDF, a licitude da subcontratação depende da permissão expressa do contratante, a teor do artigo 72 da Lei de Licitações. No entanto, tal não ocorreu, pois segundo a jurisdicionada, na ausência de cláusula do contrato, prevendo a anuência expressa da SES para a subcontratação, aquela Secretaria poderia ficar à revelia desse fato. Isso subverte o princípio da legalidade, que se impõe aos atos administrativos. Assim, a SES não poderia ter ficado alheia ao PE 32/09, que responde por 24,3% do valor global do contrato.

17. Com efeito, a conclusão é que o item 1.1.2 do contrato em questão não amparou a subcontratação do PE 32/09, ou seja, permitira apenas a subcontratação das especialidades médicas nos moldes ali informados, desde que cumpridos os princípios da impessoalidade, dentre outros. No entanto, verifica-se que houve não apenas a subcontratação de profissionais especializados, mas a gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção dos equipamentos, atividades não contempladas na referida cláusula contratual.

18. Assim sendo, a conclusão taxativa é pela irregularidade da subcontratação levada a cabo pela RSEB.

19. De mais a mais, o Corpo Técnico também corrobora os indícios de que a empresa vencedora alterou os seus estatutos às pressas, já que a segunda alteração ocorreu em 09/03/09, incluindo justamente a prestação de serviços de atendimento hospitalar, inclusive UTI, antes inexistente no Estatuto primitivo da empresa, datado de 10/07/08. A publicação do edital do Pregão





MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

ocorreu em 17/04/09. Em decorrência disso, são manifestamente irregulares os Atestados de Qualificação Técnica apresentados pela empresa. Os citados atestados declaram que a empresa prestava tais serviços desde agosto de 2008, bem antes da alteração estatutária ocorrida. Ademais, são atestados, como já salientado pelo MPC/DF, que contêm as mesmas assinaturas (itens 167/315, Informação 200/09).

20. Nada obstante, novamente o TCDF, em apertada maioria, Decisão 94/10, considerou procedentes algumas justificativas apresentadas e improcedentes outras, mandando ouvir novamente a jurisdicionada e as contratadas, a respeito da cota patronal e da subcontratação da Intensicare.

21. Nada se falou, ainda, sobre a reportagem da Carta Capital, intitulada o embuste dos kits, envolvendo a empresa antes referida, ofício 163/09, p. 953.

22. Em seguida, o MPC/DF deu ciência da intervenção feita pelo GDF no contrato em questão, além da celebração de TAC, fls 1157 e seguintes, cuja farta documentação consumiram parte do volume VI e todo o volume VII.

23. Na sequência, a Real Sociedade Espanhola de Beneficência ofertou suas razões de justificativas, fls. 1739/1765.

24. Aos autos juntou-se o Relatório de Auditoria 9572 do DENASUS, 1770/1806.

25. Ressentindo-se da morosa tramitação dos autos, o MPC/DF oficiou (Ofício 151/11).

26. O Corpo Técnico produziu a Informação 67/11, afirmando que analisará as defesas em relação aos argumentos considerados improcedentes, por força da Decisão 94/10.

27. Iniciou-se por analisar as informações da Secretária de Saúde do DF que sucedeu os gestores responsáveis pela contratação em estudo, considerando satisfatórias as medidas que adotou.

28. Com relação à auditoria do DENASUS, entendeu que deverá ser avaliada no processo 39440/09.



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

29. Em seguida, deveria tratar da contratação da Intensicare que se quedou inerte ao chamamento da Corte. Nada o fez, alegando que qualquer decisão a respeito depende do deslinde de processo judicial, manejado pelo MPDFT. Ademais, acreditou que com a intervenção ocorrida, afastou-se o gerenciamento da RSEB, deixando de informar que a Intensicare continuou prestando os serviços. Adiante, todavia, analisou as justificativas apresentadas pela RSEB a respeito, para dar-lhe razão, por entender que do contexto de várias cláusulas do contrato haveria mitigação ao impedimento à subcontratação. No entanto, deixaria de propor qualquer coisa, porque a questão estaria judicializada, o mesmo fazendo em relação à questão dos atestados de qualificação técnica.

30. Sobre a cota patronal, aquiesceu às argumentações proferidas pela RSEB, corroboradas no Relatório de Auditoria do DENASUS. Acrescenta que há demonstração na prestação de contas do valor integral pago ao INSS, haja vista que a SES não é beneficiada com a isenção da cota patronal, conforme cláusula 10ª do Contrato de Gestão referido. A esse mesmo respeito, ao analisar as argumentações da RSEB, reitera o entendimento exposto.

31. Contenta-se, a seguir, com a informação de que foi instaurada sindicância para devolução de valores percebidos irregularmente no período de 01/04/09 a 04/05/09, com relação à servidora Christiane de Brito. Mas a SES/DF não identificou se outros servidores encontravam-se naquela mesma situação, tampouco sobre o exame de compatibilidade de carga horária ou glosa de valores que excedessem ao teto.

32. Posto isso, as sugestões são as seguintes:

III) determine à Secretaria de Estado de Saúde que, em complemento ao item VII, alínea “b”, da Decisão nº 94/2010, preste os esclarecimentos cogitados no § 35 desta informação, relacionados:

- a) ao descumprimento da Cláusula 6ª do Contrato de Gestão nº 001/2009 e da Decisão Normativa nº 1/2003-TCDF;
- b) à falta de exame sobre a compatibilidade das cargas horárias dos servidores que acumularam os cargos de médico/profissionais de saúde da SES com os empregos do Hospital Regional de Santa Maria, nos moldes autorizados pelo art. 37, XVI, da CF e art. 17, § 2º do ADCT;
- c) à ausência de apuração sobre a regularidade da acumulação incorrida pelos servidores que, em tese, não obedecem à regra





MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

constitucional de acumulação lícita de dois cargos de médicos ou de profissionais de saúde;

d) à glosa correspondente ao teto remuneratório aplicável aos servidores do Distrito Federal, tendo por base o somatório das remunerações do cargo efetivo da SES-DF e do emprego do HRSM, considerando que ambas as contratações são custeadas pelo Estado;

IV) considere procedentes as justificativas apresentadas pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência em atenção ao item VI, alínea “b”, da Decisão nº 94/2010, conclusão que não afasta o exame detalhado da execução do Contrato de Gestão nº 001/2009, matéria objeto do Processo nº 39440/09; e

V) autorize a devolução dos autos à 2ª ICE.

33. Já o Inspetor, a fls. 1443/1445, discorda da questão alusiva à cota patronal, ao argumento de que, como a contribuição patronal não representa custos para a OS, não deverão ser repassados recursos para tais despesas, sob pena de a entidade não ter como prestar contas do montante recebido. *“Assim, temos que as justificativas apresentadas pela entidade não são suficientes para comprovar a regularidade do repasse dos recursos relativos às obrigações patronais”*. E, dessa forma, sugere a improcedência as justificativas apresentadas pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência.

34. Os autos vieram ao MPC/DF para parecer, ocasião em que irá dividir a análise em itens, para facilitar a compreensão.

**DA INDEVIDA QUALIFICAÇÃO DA OS RSEB E CONTRATAÇÃO DIRETA**

35. Digno de nota que o Relatório de Auditoria do DENASUS confirmou as irregularidades representadas pelo MPC/DF quanto à incorreta qualificação da RSEB e, ainda, quanto à contratação direta ocorrida, apresentando falhas inadmissíveis:

- a formalização do processo para a contratação da OS RSEB está instruída de forma desordenada e apresentam procedimentos que indicam a retirada, substituição e/ou inserção de peças em momento não oportuno. Para se ter uma idéia, o termo de encerramento do volume I constava no volume II, revelando que houve inserção de peças no processo;
- a análise do Plano do Projeto Básico e do Estudo de Custos<sup>1</sup>,

<sup>1</sup> A esse respeito, os gestores à época fizeram suas defesas com base no Edital de



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

anexo ao processo de contratação, mostra que os itens descritos não foram suficientemente detalhados, posto que houve agrupamento por assunto e atribuído apenas o valor global dos subtotais dos itens, tampouco foi aprovado o Projeto Básico pela autoridade competente, o que contraria o artigo 7º e parágrafo 1º da Lei de Licitações; e

– é estranho o fato da OS RSEB ter apresentado as peças contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, 3 (três) exercícios antes da contratação. Ademais, havia ressalva no parecer de Auditores Independentes.

A conclusão apresentada a esse respeito foi a seguinte:

*“A análise do Processo (...) que trata da Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência através de Dispensa de Licitação (...) foi instruída em apenas 09 (nove) dias úteis, contados entre a autuação do processo e a assinatura do Contrato de Gestão 01/2009, descumprindo os prazos estabelecidos, ato contrário ao que dispõe o princípio constitucional da publicidade, norma fundamental à transparência no serviço público. Além disso, a formação do processo apresenta procedimentos que indicam a retirada, substituição e/ou inserção de peças em momentos não oportunos;*

*O Projeto Básico que originou o Contrato de Gestão 01/09 aponta que as descrições dos seus itens não foram suficientemente detalhadas, condição estabelecida no art. 7º da Lei Federal 8666/93, para a sua contratação. Além disso, a aprovação do citado Projeto Básico foi efetivada a posteriori (...). Da mesma forma, as metas e critérios de avaliação dos serviços prestados pela Organização Social contratada não estão descritas de forma clara e objetiva, contrariando o que determina o art. 8º do Decreto 29870/08;*

*Há indícios de favorecimento em favor da Organização Social Real Sociedade Espanhola, senão vejamos: a) a minuta do edital de licitação, bem como a do contrato, não foram examinados e aprovados pelo órgão jurídico, conforme estabelece o art. 38 da Lei 8666/93; b) não consta dos autos do processo o comprovante de publicação do Edital 07/09*

---

Concorrência abandonado, objeto de análise do processo 4567/06-TCDF, afirmando que a matéria estava sendo tratada pelo TCDF.



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

*(homologação); c) publicação do extrato de dispensa de licitação acostado posteriormente no respectivo processo; d) a SAS/SES/DF efetuou em apenas 1 (um) dia a análise da documentação de instrução do processo de contratação da OS RSEB, que consistia em 353 folhas, além dos respectivos anexos”.*

36. Enfatize-se que tamanho atabalhoamento e açodamento em concluir a avença pode ser visualizado quando se observa que 09 foram os dias úteis gastos pela SES, entre a autuação do processo e a celebração do contrato (vide Relatório de Auditoria do DENASUS, Constatação 115999). A área técnica da SES analisou os autos com 353 folhas e apresentou a justificativa da escolha da OS RSEB em 01 (um) dia (Relatório do Denasus, Constatação 116021).

37. A pressa foi tanta que a análise acerca da possibilidade de se realizar a contratação na forma pretendida pela SES somente foi requerida à PGDF quando o contrato já estava assinado, ferindo-se de conseguinte o artigo 38, parágrafo único da Lei de Licitações. Ou seja, **não houve manifestação prévia da PGDF**. E, para piorar, **a emissão do Parecer 083/09 PROCAD ocorreu em um domingo** (Relatório DENASUS).

38. Posto isso, **o MPC/DF reitera que devem ser chamados em audiência, pena de aplicação de multa, os Srs AUGUSTO CARVALHO, Secretário de Saúde do DF, à época dos fatos, porque participou da qualificação indevida da Real Sociedade Espanhola de Beneficência (RSEB) como Organização Social (OS) e assinou o Contrato de Gestão 01/09; RICARDO PENNA, ex-Secretário de Planejamento e Gestão, responsável pela indevida qualificação da RSEB como OS; FLORÊNCIO FIGUEIREDO CAVALCANTE NETO, ex Secretário-Adjunto, porque autorizou a dispensa de licitação em favor da RSEB; MILTON MENEZES DA COSTA NETO, porque na qualidade de Presidente de Comissão Técnica atestou sozinho o cumprimento dos requisitos para a indevida qualificação da entidade como OS; e TANIA ROSA TORRES, porque justificou indevidamente a contratação direta ocorrida.**

#### **DA EXISTÊNCIA DE PREJUÍZOS**

39. O Relatório de Auditoria do DENASUS aponta para a existência de prováveis prejuízos, com gravíssimas denúncias de irregularidade, matéria que deve ser enfrentada sem demoras nos autos **39440/09, que cuidam de**



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**analisar a execução do contrato de gestão, por essas alturas, findo há mais de ano. Se a instrução não for célere, dificilmente chegar-se-á, tempestivamente, à recuperação do patrimônio público devida. O processo, contudo, autuado há quase três anos, não retornou ao Plenário após decisão de dezembro de 2010.**

40. Nesse sentido, o MPC/DF conclama que o presente feito seja chamado à ordem e entende que devem ser desentranhados os documentos de fls.1157 e seguintes, acostados ao Ofício no. 317/10, bem como cópia do Relatório de Auditoria do DENASUS para juntada os autos em referência, com o que possibilitará ao Corpo Técnico desincumbir-se de seu mister.

41. Além do relatório do DENASUS, há outro, Relatório de Auditoria 39/11, proferido por técnicos da SES, de 14/2/11, para identificar e apurar a regularidade de todos os desembolsos ocorridos entre os dias 20/12/10 e 05/01/11, na gestão da intervenção ocorrida no HRSM.

42. Para efeito de análise de todos esses prejuízos, foi autuado em dezembro de 2011 o processo **060.015.467/11**, e, em seu bojo, a Nota Técnica 06/11 (**em anexo**), demonstrando que o relatório do DENASUS ocorreu por amostragem, relativo aos meses de fevereiro, maio, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2009 e abril, maio, junho, julho e agosto de 2010 e prestações de contas de fevereiro a novembro de 2009.

43. Esclareceu-se que não foi localizada nenhuma portaria que instituísse Comissão de Avaliação no Acompanhamento do Contrato de Gestão, apesar de a isso haver-se referido a Portaria 55/09.

44. Em seguida, sobre as constatações efetuadas pelo DENASUS, são salientadas no item 05 aquelas que **montam prejuízo, totalizando R\$ 24.241.893,71, e sobre as constatações efetuadas pela SES, apurou-se o montante de R\$ 6.455.755,81, o que totalizaria o valor de R\$ 30.697.649,52**, opinando-se pela instauração de TCE.

45. Em 14/02/12, o Senhor Corregedor profere o Despacho 108/12, encaminhando os autos ao TCDF.



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

**DA CONTRATAÇÃO DA INTENSICARE**

46. Ao contrário do que foi defendido pelo Corpo Técnico, na última instrução acostada aos autos, a Decisão 94/10 foi clara no sentido de determinar as citações para apuração de responsabilidade em face da subcontratação ocorrida. Do mesmo modo, a Decisão pretérita 4285/09 precisa ser lida em sua inteireza, pois no item III determinou que a ICE analisasse, na futura informação, os fatos trazidos pelo MPC/DF na representação que aludia à questão da Intensicare. Ora, se quisesse a Corte sobrestar a análise dessa questão, em face de decisão judicial, o teria feito, mas não o fez. Em duas oportunidades seguidas conclamou que a fiscalização seguisse. Apenas no que toca ao provimento cautelar indeferiu-o, em razão da judicialização.

47. No entanto, **o MPC/DF sugere que a Representação Conjunta 04/09 (fls. 640/648) seja autuada em apartado, para a correta fiscalização.**

48. Como se vê, a ação judicial citada nos autos não se refere ao controle e os pagamentos a esse respeito realizados. Veja-se, ainda, o que salientou o Relatório de Auditoria do Denasus:

*“Preliminarmente, cabe ressaltar que a cláusula segunda do contrato 021/09, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare, prevê que o pagamento dos serviços prestados seja feito por leito mantido e disponibilizado, sendo contratado para isso o valor unitário diário de R\$ 1.322,32 (...) e estimado o valor global de R\$ 33.322.500,00 (...), referente aos serviços efetivamente realizados.*

*Porém, as faturas da empresa Intensicare, apresentadas nas prestações de contas, não especificam o período de utilização dos leitos, o quantitativo disponibilizado, a relação dos pacientes, laudos médicos e a identificação dos serviços executados.*

*Do mesmo modo, em todo processo não visualizamos a manifestação da Gerência Médica da UTI a respeito do total dos leitos utilizados e da prestação satisfatória dos serviços, bem como o atesto de toda execução prestada.*

*Na apresentação da justificativa, está apenas a relação dos médicos com os respectivos cargos e remuneração; o contrato e os correspondentes termos aditivos e, ainda, o balancete do HRSM, documentos que não são suficientes para comprovar a efetiva execução dos serviços”*



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

49. Além do mais, o MP, no DF, foi informado que oneravam tais ajustes injustificáveis e perniciosos gastos com laudos médicos, de valores elevadíssimos. Por causa disso, o MPDFT requereu informações (Ofícios 22/12 e 67/12, **em anexo**). Consta, ainda, que, dentre as pendências constantes do processo de intervenção, está o contrato da Intensicare.

50. Apesar da resposta parcial (Memorandos 31/12 e 84/12 e Ofício 80/12 da Corregedoria da Saúde, **em anexo**), percebe-se que há severo indício de superfaturamento. Vejamos.

51. Rememore-se que a Intensicare celebrou o Contrato 21/09, quando ainda estava em vigor o Contrato de Gestão 01/09, sendo aquele em razão do **Pregão Eletrônico 32/09, em mais de R\$ 33 milhões**, cujo objeto é a prestação de serviços de suporte de gestão e apoio médico às atividades de assistência da UTI especializados em Medicina Intensiva nos **70 leitos do HRSM**. A execução do contrato se deu somente a partir de 01 de setembro de 2009, quando da implantação parcial do serviço de UTI no HRSM.

52. A SES/DF informa que não houve PAD instaurado na Corregedoria a esse respeito, mas dois Processos Administrativos, um de nº 01/09 e outro de nº 08/10, ambos envolvendo a Intensicare. **Foram enviados relatórios finais dos referidos processos (em anexo), mas não foram encaminhadas as decisões, ainda não obtidas.**

53. **No Relatório Final do Processo Administrativo 01/09 aponta-se a ocorrência de prejuízos no valor de mais de R\$ 412 mil reais, tendo sido auditados apenas os meses de setembro a dezembro de 2009**, verificando-se pendências e sugerindo-se glosas. As irregularidades denotam total falta de controle, pois havia até mesmo divergências na folha de pagamento e de equipamentos. Ademais, não houve execução dos serviços de manutenção dos equipamentos médicos e predial, sugerindo-se a exclusão do custo da Intensicare e redução do valor a pagar.

54. **O Relatório Final do PA 08/10 demonstra que os valores apresentados pela empresa nas notas fiscais não guardavam fidelidade às especificações contratuais. Os achados referem-se aos meses de abril a setembro de 2010, não se especificando o que houve nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2010 (após a auditoria tratada no PA anteriormente citado). Verifica-se que a SES supostamente pagou leitos disponibilizados mas não ocupados!** Ou seja, não houve redução dos custos, porque os profissionais contratados continuavam à disposição e os





MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

leitos eram mantidos pela empresa, que não aceitou as glosas, mas concordou em aceitar que os valores fossem retidos representando um montante de mais de R\$ 327 mil reais. Ademais, considerou-se que a glosa devida seria de mais de R\$ 559 mil reais.

55. O Contrato 21/09 celebrado com a Intensicare perdurou até o término do contrato de gestão com a Real Sociedade Espanhola. No referido período, a própria RSEB pagava à citada empresa, daí porque não consta qualquer empenho a seu favor.

56. Tudo isso reforça a suspeita de existência de cobrança por laudos injustificada, equipamentos e manutenções, dentre outros, os quais devem ser analisados porque tudo indica que configuraram prejuízo. Essa matéria não foi tratada na ação judicial em trâmite no Poder Judiciário, por impossível, pois se refere à execução do contrato 21/09, celebrado com a Intensicare.

57. Por outro lado, é preciso tratar da questão relacionada com o “embuste dos kits”, ofício 163/09, p. 953.

58. Como se vê, **encontra-se presente a materialidade da fiscalização que deve ser desenvolvida pelo TCDF, em autos próprios, e que em nada se confunde com a matéria judicializada.**

59. Corrobora ainda mais referido entendimento – existência de prejuízos na contratação da Intensicare – o fato de que em 2011 foram celebrados os Contratos Emergenciais 14-A/11 e 164/11, respectivamente, nos valores de R\$890,15<sup>2</sup> e R\$ 1.257,57<sup>3</sup>, o leito. Ou seja, são valores inferiores ao que a mesma contratada – Intensicare – pactuou em 2009, R\$ 1.322,32<sup>4</sup>.

**DA QUESTÃO DA COTA PATRONAL**

60. **Quanto à questão da cota patronal, para decidir-se a respeito será necessário proceder como o MPDFT, ao ofertar o Ofício 124/11 (documento em anexo) reiterado pelo Ofício 17/12 (documento em anexo), requerendo que a SES/DF informasse com precisão se os valores devidos ao INSS foram transferidos pela RSEB. Lamentavelmente, a ausência de resposta da SES impede a formação de um juízo de valor preciso, daí porque o**

<sup>2</sup> Cláusula Quinta do Contrato.

<sup>3</sup> R\$ 27.389.984,16 (valor do contrato) dividido por 180 dias (prazo do contrato) novamente dividido por 121 (número de leitos) chega-se ao valor de R\$ 1.257,57 leito/dia.

<sup>4</sup> Cláusula Segunda Do Contrato 21/09-HRSM.



MPC/DF

Proc.: 4027/09

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

MPC/DF opina no sentido de que a Corte indague da SES/DF informações cabais a respeito.

**CONCLUSÃO**

61. Posto isso, o MPC/DF aquiesce, parcialmente, às sugestões do Corpo Técnico com os seguintes acréscimos constantes desta peça:

- citação dos responsáveis, pena de multa, em razão da irregular qualificação da RSEB e celebração de contratação direta (achados agora comprovados, também, por Auditoria do DENASUS);
- chamamento do feito à ordem, para traslado de peças aos autos **39440/09** (Relatórios de Auditoria do DENASUS e SES/DF, além de Nota Técnica da Corregedoria), requerendo-se prioridade para análise do processo, visto que, findo há mais de ano o contrato de gestão, quanto mais o tempo passa, mais difícil se torna qualquer conclusão a respeito, comprometendo-se severamente a recuperação do patrimônio público;
- autuação em apartado de toda questão envolvendo o Contrato 21/09, celebrado com a Intensicare, com igual prioridade; e
- oitiva da SES/DF para que esclareça, objetiva e detalhadamente a questão da Cota Patronal (vide itens do Ofício 124-MPDFT).

É o parecer.

Brasília-DF, 19 de março de 2012.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA**  
**PROCURADORA**